

A Comarca do rio Matarraña (Teruel, Espanha): um exemplo de integração regional e modelo de governança para o desenvolvimento do turismo sustentável

The Shire of Matarraña river (Teruel, Spain): an example of regional integration and governance model for sustainable tourism development

Loudes Casajus-Murillo

Professora-Investigadora. Departamento de Psicologia e Sociologia. Universidade de Zaragoza (Espanha)

lcasajus@unizar.es

Victoria Sanagustin-Fons

Professora Titular de Universidade. Departamento de Psicologia e Sociologia; Universidade de Zaragoza (Espanha)

vitico@unizar.es

Carlos Veloso da Veiga

Professor Auxiliar com Agregação. Departamento de Sociologia e Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade; Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho (Portugal)

cveiga@ics.uminho.pt

Resumo

A Comarca do rio Matarraña, na região de Aragão (Espanha), é um modelo de referência, exemplo de boas práticas para o desenvolvimento socioeconómico do turismo com base em critérios de sustentabilidade e governança participativa. O rio Matarraña, considerado um rio paisagístico, e um dos mais bem preservados da Europa, tornou-se um eixo fundamental do referido modelo de desenvolvimento territorial. Face ao conflito social dos anos noventa do século passado, cuja origem foi a água, entendida como um recurso natural essencial, iniciou-se um processo participativo no qual colaboram atores sociais, económicos e políticos. Na sua análise, usou-se um método indutivo e, para além da análise de documentos, foram realizadas entrevistas em profundidade com informantes-chave, para compreender o compromisso com esse modelo, o contexto geográfico, a emergência de novos valores e expectativas sobre o território e uma visão positiva do futuro da Comarca.

Palavras-chave: Desenvolvimento do turismo sustentável; governança participativa; integração regional.

Abstract

The Shire of Matarraña river, in the region of Aragon (Spain), is a reference model that is an example of good practice for socio-economic development of tourism based on sustainability and participatory governance criteria. The Matarraña river, considered a scenic river, and one of the best preserved in Europe, has become a fundamental basis of said territorial development model. As a result of the social conflict that occurred during the nineties, which originated from the fact that water started being considered an essential natural resource, a participatory process began in which collaborated social, economic and political actors. To analyse it, we used, in addition to document analysis, an inductive method and conducted extensive interviews with relevant informants to understand their commitment to this model, the geographical context, and the emergence of new values and expectations on the territory and positive views of its future.

Keywords: sustainable tourism development; participatory governance; regional integration.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo parte-se do princípio que a sustentabilidade do desenvolvimento social e económico do potencial turístico exige elevada compreensão do uso e aproveitamento dos recursos ambientais e tomada de consciência social e científica das nefastas consequências da sua deterioração ou perda. Daí decorre a especial relevância de analisar e difundir as ações sociais, políticas e económicas e respetivas boas práticas, que visam responder às aspirações sociais inerentes à necessidade urgente de preservação do meio ambiente

Assim, neste artigo descreve-se e analisa-se a Comarca do rio Matarraña¹, na região de Aragão (Espanha), como um modelo de referência, exemplo de boas práticas de desenvolvimento socioeconómico do turismo, com base em critérios de sustentabilidade e governança participativa. O rio Matarraña, que pode ser considerado um rio paisagístico e um dos mais bem preservados da Europa, tornou-se um eixo fundamental de desenvolvimento social e económico com base na preservação do meio ambiente.

A partir do conflito social dos anos noventa do século passado com origem na água, entendida como um recurso natural essencial, iniciou-se um processo participativo no qual colaboram atores sociais, económicos e políticos. Processo esse que pode ser observado como uma manifestação de governança, enquanto “arcabouço institucional de regras, instituições [sic], processos e comportamentos que afetam a maneira como os poderes são exercidos na esfera de políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com o sistema ecológico” (CALVACANTI, 2004, p.1)

Para o efeito, conjuntamente com a análise documental, foram realizadas entrevistas em profundidade com informantes relevantes, para compreender e explicar o compromisso dos atores envolvidos naquele processo, o contexto geográfico, a emergência de novos valores e expectativas sobre o território e uma visão positiva do futuro da Comarca do rio Matarraña. Comarca onde, a partir dos anos 90 do século XX o sector do turismo passou a ter um notável desenvolvimento na região. Em particular o turismo rural vem abrindo novas perspectivas como desenvolvimento económico e social alternativo. Neste contexto, o tornou-se a espinha dorsal para o desenvolvimento do sector turístico e também motivo para um despertar social da consciência sobre o valor eco-sistémico dos rios.

¹ Em Espanha uma Comarca corresponde a uma divisão territorial que agrega várias povoações e que, tendencialmente, coincide com uma região natural.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

A água, um bem ecológico fundamental para a vida, é um recurso essencial e básico para qualquer sociedade, grupo ou indivíduo. Como observa Nicolau (2012, p.16), para a produção de água, tanto em quantidade em qualidade “são precisos ecossistemas saudáveis que favoreçam a infiltração da água da chuva, a regulem no solo e lhe deem a composição química que a tornam saudável, o que faz com que seja necessário gerir com cuidado os espaços naturais produtores de água”. Daí a necessidade de se proceder ao desenho de estratégias de ação sob o paradigma da sustentabilidade, orientadas por critérios de racionalidade económica, gestão ecossistémica, gestão da procura, enfoque no interesse geral e governança participativa, respondendo este último conceito (diretamente traduzido do Inglês *Governance*) às exigências que uma sociedade global e em evolução. Especificamente, trata-se de uma nova resposta para a crise de paradigmas e rotinas institucionais construídas em ambientes mais estáveis (SUBIRATS, 2010).

Relembre-se que o conceito de governança foi originariamente definido pelo Banco Mundial como "a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos económicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento" e apresenta quatro dimensões-chave: administração do sector público; quadro legal; participação e prestação de contas (*accountability*); e informação e transparência (WORLD BANK, 1992). Genericamente a governança tem por referência atividades que servem objetivos comuns, decorrentes ou não de responsabilidades legais e formalmente prescritas, não dependendo necessariamente do uso da força para vingarem e se afirmarem. Vai além, quer da governação quer da governabilidade, pois tanto pode abranger instituições governamentais como atores privados ou informais, de carácter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações, dentro de uma dada área de atuação, tenham uma conduta determinada em resposta às suas necessidades e outros problemas e desafios concretos que as afetem (VRANKEN; DECKER; NIEUWNHUYZE, 2003; MCGEE, 2010).

Enfrentando a realidade em mudança, fala-se de governança como uma nova forma de regulação dos conflitos, caracterizada pela interação e cooperação de múltiplos atores articulados em rede para promoverem o desenvolvimento de projetos coletivos, como se observará ao longo desta pesquisa. O próprio Subirats (2010), num esforço de clarificação deste conceito, o resume fixando três eixos básicos que definem a governança.

Em primeiro lugar, implica o reconhecimento, a aceitação e a integração da complexidade como um elemento intrínseco ao processo político. Em segundo lugar, implica um sistema de governo baseado na participação de diversos atores no contexto de redes plurais. Finalmente, supõe

uma nova posição dos poderes públicos nos processos de governo, a adoção de novas funções e a utilização de novos instrumentos de governo.

Por seu turno, o por desenvolvimento sustentável considera-se o tipo de desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Este conceito, foi definido a partir do Relatório Brundtland. Mais tarde, na Declaração do Rio (1992), foram incorporados três princípios com a finalidade de situar o conceito no centro das políticas económicas e sociais combinando três aspectos: desenvolvimento económico, para benefício do progresso respeitando o meio ambiente; desenvolvimento social para impulsionar a economia; política ambiental eficaz e economicamente não dispendiosa. Ambos os conceitos, desenvolvimento sustentável e governança participativa estão intimamente relacionados, uma vez que eles se retroalimentam e necessitam um do outro para poder subsistir.

Apesar da variedade de enfoques sobre desenvolvimento sustentável, há um claro consenso sobre as três dimensões implícitas no conceito: a social, que também inclui a cultural, a económica e a ambiental. Muitas das interpretações do conceito de desenvolvimento sustentável concordam em considerar que para se atingir o mesmo, as políticas e ações de crescimento económico devem respeitar o meio ambiente e ser socialmente equitativas.

O Conselho Europeu de Gotemburgo, em 2001, sublinhou a vontade da União Europeia a favor de um desenvolvimento sustentável, cujas três dimensões, a económica, a social e a ambiental, são indissociáveis. Os três princípios de desenvolvimento sustentável institucionalizados na Europa, atualmente aceites a nível internacional a partir da Declaração do Rio (1992), podem resumir-se da seguinte forma:

- Desenvolvimento económico: consistente, para obter crescimento económico e reduzir as diferenças entre os países do Terceiro Mundo e os países ocidentais. É necessário modificar os parâmetros básicos da economia tradicional produção e consumo, para obter padrões sustentáveis. Para tal, propõe-se a aplicação de uma série de instrumentos: utilização de custos reais, eficiência na produção, informação e formação a esse respeito. E, ainda, a inclusão do máximo de grupos sociais na Europa possibilitando o acesso à educação e à formação como veículo de superação individual e social.
- Progresso social: buscando a erradicação da pobreza e a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos, assim como o respeito pela tradição e costumes, modos de vida e história dos povos e nações, a conservação do património intangível e os valores.
- Uso racional dos recursos naturais: determinando que a concepção das novas políticas deve ter em conta os recursos naturais renováveis e não renováveis, o grau de reversibilidade dos processos de exploração/ transformação, e a capacidade do meio ambiente para absorver incidências e consequências da atividade no meio ambiente.

Estas três dimensões devem ser interpretadas conjuntamente, isto é, deve considerar-se o desenvolvimento económico dentro dos sistemas naturais e não por cima deles. É necessária uma interpretação global, tridimensional pelo menos, nunca uma interpretação meramente unidimensional. Todos os agentes sociais devem pugnar por alcançar a sustentabilidade a longo prazo, e será o próprio sistema natural e esses agentes, que estabelecerão os limites do sistema ambiental (ARTARAZ, 2002).

Na procura do desenvolvimento sustentável global, há que ter como objetivo a redução das diferenças sociais entre os seres humanos, para acabar com as desigualdades existentes, tanto dentro de cada país como entre países (BOJO; MALER; UNEMO, 1990). Ainda que exista um consenso quase universal sobre a necessidade de alcançar um desenvolvimento sustentável, não sucede o mesmo quando se aprofunda e se especifica a sua relação com o alcance da sustentabilidade, ou a propósito dos níveis de medição da insustentabilidade.

Devem considerar-se os três aspectos do desenvolvimento indicados no Conselho Europeu de Gotemburgo (2001), ao mesmo nível, no mesmo plano, de forma a que, dependendo do meio ambiente, o desenvolvimento humano tem de se adaptar a ele, pois é neste meio que realiza as suas atividades. O desenvolvimento sustentável não pode ser entendido apenas como o desenvolvimento humano ambientalmente sustentável, é um conceito que vai além disso. Referir a sustentabilidade ambiental de uma sociedade, significa, antes de mais, aceitar a sua dependência básica para com o meio ambiente. A atividade desenvolvida pela sociedade não deve exceder as possibilidades dos ecossistemas envolvidos, tanto para gerarem recursos, como para absorverem resíduos, e continuarem a oferecer os serviços ambientais necessários.

A sustentabilidade em termos ecológicos ou ambientais implica uma economia circular, ou seja, que se produza um fechamento dos ciclos como acontece na natureza. É necessário redesenhar os sistemas produtivos, de modo a que sejam capazes de usar apenas recursos e energias renováveis e não produzam resíduos perigosos para o meio ambiente. Convém ainda que os resíduos naturais regressem à natureza ou se convertam em *input* de algum outro produto manufacturado (ARTARAZ, 2002).

Atualmente, parece óbvio que a sociedade para garantir a sua sobrevivência tem que efetuar uma série de mudanças estruturais, de modo a manter as suas possibilidades de desenvolvimento, sociedade essa que depende totalmente do meio ambiente considerado tanto como fonte de recursos para a sua subsistência, como depósito de resíduos que ela própria gera. Em suma, é necessário encontrar um ponto de equilíbrio entre o desgaste que sofre o meio e a sua regeneração.

O conceito de desenvolvimento sustentável deve ser considerado a longo prazo e entendido como uma aposta de futuro e não como uma solução que consista numa série de medidas momentâneas ou para alguns anos. Não o podemos considerar como uma série de medidas para

promover uma estreita ou falsa sustentabilidade. Temos de começar a pensar num futuro mais distante, num sistema duradouro e estável ao longo do tempo. Alcançar a verdadeira sustentabilidade exige uma série de reformas profundas na nossa sociedade (BEBBINGTON; GRAT, 2001). Em termos práticos tal significa que para atingir um verdadeiro desenvolvimento sustentável, que não comprometa a capacidade das gerações futuras, é preciso mudar o atual sistema económico, sendo necessária uma mudança de enfoque a respeito das políticas e programas atualmente em vigor, ou seja, há que reconhecer o conceito de desenvolvimento sustentável como alternativa à visão estabelecida, não como modificação da mesma. A sustentabilidade não é uma meta alcançável se apenas se pretender adaptar os atuais modelos de desenvolvimento. São necessárias novas abordagens em termos de gestão de recursos, do papel do mercado, das políticas institucionais, sociais, económicas e ambientais (REDCLIFT, 1996).

Em suma, adoptar uma nova abordagem implica alterações profundas das estruturas económicas, sociais e ambientais. Pode afirmar-se que, em rigor, nenhuma das propostas feitas até agora implica uma mudança radical no sistema, pois se direcionam para um débil crescimento sustentável, dado que não questionam a eficácia das estruturas do sistema capitalista nos países desenvolvidos. A consideração de um crescimento sustentável forte implica uma redefinição total da estrutura do sistema, de todos os objetivos, de todos os indicadores, de todos os bens e do conceito de benefício (BEBBINGTON; GRAT, 2001)

3. O RIO MATARRAÑA E A SUA BACIA

3.1. Contexto geográfico

O rio Matarraña situa-se na comarca aragonesa que toma por seu o nome do rio, a qual está localizada a nordeste da província de Teruel. O seu território, de 326 km² de extensão abrange a bacia alta do rio Matarraña e a parte aragonesa da bacia do rio Algás. Confronta a norte com o Baixo Aragón-Caspe (bacia baixa do rio Matarraña), a leste com a província de Tarragona, a sul com a província de Castellon e a oeste com o Baixo Aragón. A comarca de Matarraña pode considerar-se parte do Baixo Aragón Histórico.

O rio Matarraña é o último grande afluente da margem direita do rio Ebro. A sua bacia ocupa grande parte do Baixo Aragón, assim como uma franja adjacente de Castellón e Tarragona. Nasce no cenário natural dos portos de Beceite. Abrange uma área de 1.727 km², estendendo-se as suas margens ao longo de 97 km², desde a sua nascente, a cerca de 1.100 de altitude, até desembocar no rio Ebro a cerca de 50 m de altitude. Atravessa terras de 12 municípios, com uma população total de 10.613 habitantes (Figura 1).



Figura 1 - Comarca do rio Matarraña, Aragón, Espanha
 Fonte: Gobierno de Aragón, 2013

A bacia do rio Matarraña é uma pequena bacia onde se mantém uma população rural com uma pirâmide etária notavelmente equilibrada, tanto na zona baixa como nas áreas montanhosas. Há diferenças importantes entre as partes alta e baixa, principalmente devido às características orográficas e à estrutura económica dominante de cada uma. Na cabeceira da bacia dominam as formações calcárias que formam uma paisagem espetacular e pitoresca, onde existe uma floresta mediterrânica muito bem conservada. A tradição do olival e de pequenas hortas tem sido

complementada por uma pujante pecuária e, especialmente, uma crescente atividade turística. A parte baixa oferece uma paisagem tipicamente do Mediterrânica onde se tem desenvolvido com sucesso a fruticultura, com uma reconhecida produção de pêssego tardio.

Trata-se de uma área montanhosa com pequenas hortas nos fundos do vale, oliveiras, amendoeiras e outras culturas de sequeiro nas encostas, combinadas com amplos espaços de floresta mediterrânica bem preservada. As hortas acima mencionadas requerem baixos caudais que são desviados por meio de pequenos açudes.

Neste contexto, tem-se verificado uma tendência para complementar a agricultura com a pecuária, embora muito limitada. De facto a suinicultura, muito bem organizada em cooperativas, gera atualmente mais riqueza do que a própria agricultura, integrando a transformação e comercialização da produção de carne. Essa atividade, no entanto, vem gerando graves impactos de contaminação por dejectos dos trechos fluviais superiores.

3.2. O Sistema Hidrológico

A precipitação média na bacia superior do rio Matarraña é de cerca de 600 mm, enquanto que na bacia inferior se caracteriza por um clima relativamente quente e pouco chuvoso, com uma precipitação média de cerca de 300 milímetros, aproximadamente.

A bacia drena as serras de Beceite e recolhe caudais dos poderosos aquíferos cársicos que dão vida, a afluentes como o Tastavin, o Pena e o Ulldemó, incorporando-se no final o mais importante afluente, o rio Algas, com 405 km² de bacia. O rio Matarraña recebe desde a sua cabeceira até à desembocadura contribuições oriundas de fontes de águas subterrâneas alimentadas a partir dos citados aquíferos, muitas delas localizadas no meio da bacia. Não existe, por outro lado, alimentação por via de nevado. Isso faz com que o seu regime, tipicamente mediterrânico, seja, por exemplo, muito diferente do regime dos rios Pirenaicos, onde as principais contribuições vêm da cabeceira. Este regime é caracterizado por secas severas, devido às quais o rio, especialmente nos seus tramos inferiores, chega a circular de forma subterrânea formando-se poças de água no meio do leito seco. A maior precipitação regista-se na Primavera e no Outono. A estas irregular precipitação intra-anual a irregularidade interanual, podendo ocorrer períodos de 5 a 10 anos de seca com outros mais chuvosos.

A variabilidade climática e pluviométrica correlaciona-se com uma forte variabilidade nos regimes naturais na medida em que, como não existe regulação de nevado e o aquífero que abastece os caudais básicos na bacia é de natureza cársica, tal implica um sistema regulador de baixa inércia, que reflete por prazos curtos as variações de precipitação.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira etapa metodológica consistiu na análise documental. Utilizaram-se como fontes de informação a legislação da água em Espanha e Aragão, o Manifesto pelo Rio, diversos documentos da ECODES (Ecologia e Fundação para o Desenvolvimento) e vários artigos e relatórios relacionados com o assunto.

Na segunda etapa realizaram-se quinze entrevistas semiestruturadas com informantes relevantes escolhidos entre os atores sociais, económicos e políticos que tiveram, e continuam a ter, protagonismo, tanto no conflito água como na posterior solução inovadora. Os grupos sociais escolhidos: técnicos de turismo no município, proprietários de restaurantes da zona, alcaides de algumas aldeias e outros atores. No momento em que se obteve a saturação das variáveis escolhidas de acordo com os objetivos da análise, não se fizeram mais entrevistas. Assim que os discursos começaram a ser repetitivos, finalizou-se a realização das referidas entrevistas. Finalmente, foi realizada uma entrevista em grupo apenas com mulheres da região, por se considerar que as mulheres são essenciais para a consolidação de qualquer projeto de âmbito rural.

5. O CONFLITO DO RIO MATARRAÑA: CRISE DE GOVERNABILIDADE, EMERGÊNCIA DE NOVOS VALORES LIGADOS À SUSTENTABILIDADE

No final do século XX ocorre em Espanha uma crise de governabilidade, em matéria de política hidráulica (CASAJÚS-MURILLO, 2012). Essa crise decorre da reivindicação de um novo modelo de gestão de águas com base em princípios de equidade e sustentabilidade eco-social, guiada por novos valores e estratégias que surgem da coerência do novo paradigma emergente de sustentabilidade. Tratou-se de uma reação ao paradigma tradicional renascentista de dominação da natureza, surgido nos finais do século XIX, levada a cabo pelo movimento regenerador liderado por Joaquin Costa (ARROJO, 2010; CASAJÚS-MURILLO, 2012), como expressão da modernidade hidráulica espanhola. Do contraste dos diferentes modelos de atuação decorrem problemas de racionalidade económica e de eficiência, de sustentabilidade ambiental e aceitabilidade social.

O contexto social e político dos anos 90 do século XX, permitiu uma atitude coletiva de revolta contra uma série de conflitos, cuja origem se deve a ofensas interterritoriais, fruto de uma política produtivista, sustentada num modelo de gestão tecnocrática de tipo autoritário. Entre os conflitos ocorridos, deve sublinhar-se o chamado conflito do rio Matarraña². Este conflito, considerado como um dos mais emblemáticos, dado que alimentou o recém criado Movimento para

² Para uma informação mas exaustiva veja-se Arrojo, Casajús e Copitzky (2010).

uma Nova Cultura da Água na Bacia do Ebro, ao longo da década dos transactos anos 90, provocou um confronto duro entre os povos da Bacia, em cujo processo os valores em jogo foram fundamentalmente:

Na zona baixa

- Valor económico e social do crescimento do regadio.
- O valor económico derivado do aumento da garantia do risco devido à seca.

Na área superior

- O valor económico e social da conservação do rio em relação ao sector turístico.
- Valores simbólicos e de identidade ligada ao território.
- Sentimentos de injustiça ligados a diferenças provenientes de comparações do desenvolvimento interterritorial.

No conflito acabariam por emergir valores e afetos que foram além do território na medida em que afetaram património e espaços naturais de alto valor para a sociedade como um todo. Assim, como velhos rancores intraterritoriais, problemas de coexistência ligados ao território que continuam característicos de ambientes fechados, pequenos e de moderados/baixos recursos.

No início muita gente não sabia o que seria. Pouco a pouco fomos percebendo que era mais do que um bocado o que seria expropriado, que era um problema coletivo (Mulher. Beceite)

Foi muito bonito, porque estava acima dos partidos. O Alcaide de Valderrobres era do PP. Foi muito agradável porque não era nada político, íamos porque estávamos convencidos que tínhamos de ir (Mulher. Valderrobres)

Aquele confronto, abriu caminho a uma fase de gestão do conflito, através de um diálogo dinâmico com intermediação social, que culminaria nos Acordos de Fabara, assinados no *Acordo do Matarraña*, na Comissão da Água do Parlamento de Aragão (Parlamento Aragonês). Esta dinâmica, a nível comarcal, não só permitiu superar o agudo conflito em matéria de gestão das águas, como também abriu um processo de integração e colaboração a nível comarcal e local considerado como um bom exemplo de governança participativa.

Veio a grande obra das gentes de Matarraña: sentar, ouvir, dialogar Eu vi que era um conflito que nos tinha sido colocado a partir das administrações (Presidente do Sindicato Central).

5.1. A Comarca de Matarraña: Modelo de desenvolvimento sob critérios de sustentabilidade

A Comarca de Matarraña constitui-se como tal, em 1 de junho de 2002. Engloba 18 municípios, sendo Valderrobres a capital administrativa e Calaceite capital cultural. A sua população é de aproximadamente 8.894 habitantes, com uma densidade populacional de 9,53 hab./Km² (BENAVENTE; THOMSON, 2003).

O rio Matarraña e seus afluentes são os elementos geográficos que ligam terras onde a água tem particular destaque. Este elemento, de que historicamente se vem aproveitando a sua força motriz com o estabelecimento de pisões, engenhos e moinhos, não só alimenta o regadio, como também permite, graças ao seu poder erosivo, paisagens de rara beleza. O território da Comarca destaca-se como uma área de produção de azeite de reconhecido prestígio, complementando a sua economia com os derivados de gado suíno e um desenvolvimento turístico cada vez mais assente nos recursos paisagísticos e monumentais³.

Este território e seus habitantes apresentam-se a si próprios como elementos de um espaço que contribui, facilita, potencia e reforça a implementação de um modelo de desenvolvimento territorial equilibrado e comprometido com os valores naturais e culturais da região. Modelo capaz de criar um futuro de oportunidades, em que a centralidade é dada às pessoas, como elemento fundamental para que possam sentir a Comarca, vivê-la, sonhá-la e, em suma, disfrutarem dos seus produtos, serviços e recursos para sua própria satisfação. Pode consultar-se a sua página *web* para verificar da geração de produtos turísticos cada vez mais variados e de qualidade na comarca e em redor do rio que lhe dá o nome (www.matarranyaturismo.es).

5.2. O rio Matarraña: Elemento de coesão; espinha dorsal da identidade coletiva e da integração territorial

A dinâmica e a intensidade colocada pelos habitantes da região no conflito em defesa rio, aumentou a consciência da identidade coletiva. O rio passou a ser a espinha dorsal da região e o mote para um novo modelo de desenvolvimento ligado aos valores da sustentabilidade ambiental, uma vez que a sobrevivência do rio é um imperativo dos próprios habitantes, graças aos projetos e oportunidades de desenvolvimento. O conflito em torno do rio favoreceu a consolidação dos valores emergentes, para além do forte impacto económico, não só na qualidade de vida das pessoas (em sentido amplo), mas também de modo relevante na identidade cultural e nos valores ambientais. Tais títulos envolvem novas metas no trabalho de planeamento e novos critérios de gestão são

³ Informação extraída do preâmbulo da Lei 7/2002, de 15 de abril, da criação da Comarca de Matarraña. BOA nº 46 de 19 de abril de 2002.

refletidas no próprio DMA (Diretiva-Quadro da Água da União Europeia), que requer a integração de novos jogadores a partir de processos de participação pró-ativa.

O rio era algo assumido na minha vida, mas eu só percebi quando vi que o íamos perder.
(Mulher. Beceite)

Um modelo de desenvolvimento sustentável precisa da participação de todos os atores envolvidos no mesmo (instituições públicas, entidades sociais, empresas, cidadãos, meios de comunicação...), na medida em que todos são parte do problema e da solução. Como entidade mediadora e facilitadora da solução, atuou a Fundação Ecologia e Desenvolvimento, sendo um dos seus objetivos precisamente o de favorecer os processos de participação e nova governança. Com esta premissa, e com o objetivo de definir ações e políticas em temas ligados ao desenvolvimento sustentável, vêm-se realizando diferentes atuações guiadas por um modelo de governança participativa.

A partir dessa perspectiva de desenvolvimento integrado e consciente dos valores paisagísticos da região e do rio, como sua espinha dorsal, os habitantes de Matarraña apostaram na conservação do meio ambiente e da qualidade das suas águas como um elemento-chave do desenvolvimento. A partir daí tem-se vindo a desenhar e implementar variados projetos e atividades que propiciaram o arranque e a consolidação socioeconómica, que pode ser considerada uma boa referência para o desenvolvimento rural sustentável na aposta por uma economia do turismo, tendo em conta o modelo *triple bottom line*, isto é, considerando as perspectivas económica, social e ambiental de modo interrelacionado e integrado.

A aposta por uma economia de Turismo Rural Sustentável

O já conflito surgiu numa altura em que a economia do lugar (Bacia Alta) já se movimentava em duas vertentes: turismo e agricultura. Como já se foi explicando, na década de 90 do século XX, começou-se a apostar num modelo de economia rural em torno do turismo, como uma alternativa ao modelo tradicional de agricultura e pecuária, em territórios de natureza interior e de montanha, com um certo encanto paisagístico.

A aposta por um modelo de desenvolvimento em torno dos valores emergentes da sociedade pós-moderna, tem levado a configurar progressivamente um modelo de turismo de desenvolvimento rural sustentável que compreende e valoriza a paisagem, como parte integrante, a tradição e cultura.

"Afetava as nossas hortas, olivais, mas também o turismo. Começava-se a viver em grande parte das atividades turísticas, e nesse sentido, havia alguma sensibilidade ambiental. Víamos que era um mau projeto...., que iria fornecer muito pouca água para as regas, e

muito cara, entre outras críticas...além do impacto social que teve sobre Beceite...estávamos apostando em preservar o rio Matarraña como rio paisagístico e os seus afluentes, porque são rios muito bem conservados". (Homem jovem. Valderrobres-Beceite)

Considerando, além disso, que a aposta pelo turismo integrado na vida quotidiana das populações permite a manutenção e a valorização do seu património intangível, algo que implica uma aposta clara para o futuro, capaz de superar as próprias crises económicas. Sem dúvida, uma aposta sustentável, desenvolvida em completa harmonia com o meio ambiente que a sustenta (SANAGUSTIN –FONS; MOSEÑE-FIERRO; GOMEZ, 2011). Alimenta-se essa aposta de uma deslumbrante paisagem, própria das zonas rurais do interior e montanha, representante da riqueza do património natural, valor central de tudo o que se move, e potencial de um novo modelo de turismo caracterizado pela identidade, a autenticidade dos destinos, o movimento *Slow* (*slow food*, principalmente) e a relevante popularidade do turismo da sociedade do conhecimento: *off the beaten track*, fora dos caminhos mais frequentados. As pessoas do alto Matarraña, amantes da sua terra e conscientes disso, apostam neste padrão de desenvolvimento em torno do Turismo Sustentável, na expectativa de trabalhar e viver no seu território com dignidade e alta qualidade de vida. Trata-se de gente comprometida com território que melhorou o património e a identidade do mesmo através da aposta no impulso das atividades turísticas ligadas a empresas familiares que, fora do padrão especulativo e da pressão do sector, são garantia de manutenção e lucro a longo prazo. Isso consolidou um tipo de estrutura de economia familiar integrada no território onde as pessoas são o elemento central para criar um futuro de oportunidades. Assim, a nova oferta se incorpora no novo modelo europeu de desenvolvimento.

Nós somos os jovens que escolhemos viver no nosso território. Gozamos da autoestima do nosso território, uma território que oferece enormes possibilidades e as nossas expectativas de vida giram em torno dele. Amamos a nossa terra e queremos viver nela (Homem jovem. Beceite)

Tudo isso, marca uma diferença em relação ao modelo tradicional do sol e praia do litoral, turismo de massas, do qual se devem extrair importantes e boas práticas aplicáveis a outros ambientes, como o de Matarraña, não esquecendo que Espanha é o terceiro destino no mundo, medido pelo número de turistas que visitam anualmente o país.

Configuração e desenvolvimento do modelo

Graças ao fortalecimento da identidade coletiva, começam a estabelecer-se várias atividades, que unidas ao resto dos sectores produtivos, vão configurando a ideia de marca do território,

estruturando-se num modelo que exige a participação cooperativa em compromisso com o valor da qualidade. A dinâmica instalada, está permitindo mudar de um modelo de turismo muito localizado em torno do rio, para um outro modelo de turismo que se vai expandindo a nível comarcal, onde se procuram novos espaços em relação ao complexo histórico-arquitectónico, como um valor acrescentado e com uma filosofia de alojamento singular e familiar. Tudo isso, sem que deixem de existir negócios de carácter mais empresarial, mas sem pressão nem massificação sobre o território. Germina, portanto, um modelo que está arrastando todo o tipo de ofertas turísticas (lazer e desporto, histórico e cultural, gastronómico...), através desta ideia de alojamento e infraestruturas turísticas e organização de diferentes tipos de atividades de lazer complementares que se vão desenvolvendo em paralelo. Sem perder a perspectiva ecossistémica, está-se em andamento toda uma rede, uma configuração estrutural que, sem ter sido previamente pensada, vai cimentando a ideia da marca Matarraña. Deste modo, se vai estabelecendo uma economia de turismo, que proporciona rendimentos e gradualmente se vai expandindo para medidas corretivas em torno da conservação e manutenção dos seus espaços, apesar da ausência de qualquer forma de proteção. Ou seja, está acontecendo uma dinamização da zona onde começam a ganhar corpo outro tipo de iniciativas ligadas às atividades e acontecimentos relacionados com o mundo empresarial e com a marca territorial de qualidade do Matarraña.

Entre essas iniciativas deve destacar-se a criação da Cátedra da Comarca de Matarraña, incluída na área de cátedras científicas da Universidade de Zaragoza, como um instrumento de colaboração entre a Universidade, as instituições e empresas. Trata-se de uma união estratégica e duradoura, pelo que todas as partes beneficiam dos resultados alcançados em questões importantes como formação, investigação, desenvolvimento, inovação e difusão de conhecimento (matarranyaturismo.es). Esta ideia de cátedra científica surgiu da preocupação com a paisagem. A partir do próprio território percebeu-se a possibilidade de colaboração, em virtude da preocupação em melhorar o que se tem e da conservação da natureza. Importa, pois, salvaguardar a paisagem, mesmo considerando que esta pode mudar. A ideia de cátedra é uma maneira de dar credibilidade ao que é pressuposto que deva ser feito com um cariz mais científico, nomeadamente em relação às linhas de ação Paisagem e Marca de Qualidade Territorial do Matarraña.

Paisagem e Marca de Qualidade Territorial do Matarraña

A paisagem, com o seu rio como espinha dorsal e a marca territorial na sua aposta pela qualidade, são os elementos centrais, impulsionadores e sustentadores da economia do turismo

sustentável na Comarca do Matarraña. A partir da Lei Desenvolvimento Rural⁴ discorre uma aposta total pela Marca Territorial de Qualidade do Matarraña.

A ideia da marca vem apoiada pelo processo de regionalização, que teve lugar na região no período de 2001/2002 e sob a égide do rio Matarraña. Este processo aumenta a autoestima e a identidade do território e das suas gentes; traz valor ao que vinha a ser fomentado e configurado nos anos anteriores; a Comarca aparece como o único organismo com capacidade económica, que dota de recursos financeiros e humanos, e torna possível o exercício de competências no âmbito turístico, assim fruto das primeiras ações se concretiza o Plano de Dinamização do Turismo no ano de 2004 (Técnico da Região de Turismo da Comarca de Matarraña)

A ideia de Marca está suportada pelo processo de regionalização que teve lugar na região nos anos 2001/2002, sob a égide do rio Matarraña. Este processo tem vários impactos positivos, a saber: 1) reforça a autoestima e a identidade do território e das suas populações; a) valoriza o que já se vinha a fomentar e a configurar nos anos anteriores; 3) fortalece a importância da Comarca como o único organismo com capacidade económica, que fornece recursos económicos e humanos, e torna possível o exercício de competências em matéria de turismo, enquanto fruto das primeiras ações do Plano de Dinamização Turística no ano de 2004.

Tal como consta no Manifesto pela reivindicação da manutenção de competências em matéria turística (2012)⁵ "O papel da Comarca como líder no desenvolvimento do turismo favorece o desenvolvimento económico e social, e vela pela divulgação dos recursos culturais e naturais da região e por assegurar a sua manutenção e preservação, e como fundamental para fortalecer a identidade do território".

Desde 2003 que o Departamento de Turismo trabalha e executa as competências concedidas pela lei da comercialização e segundo a lei do Turismo do Governo de Aragão de 10 de Março de 2003. Desde então, inclusivamente na opinião da população local, a gestão turística repercutiu-se muito positivamente no território matarreñense, reconhecendo-se que se tem trabalhado em busca de uma coordenação entre o sector económico afectado e o Departamento de Turismo. Os números, há medida que os anos foram passando, premiaram a gestão e o trabalho que foi executado a partir do Conselho Comarcal. Hoje, o turismo como atividade económica, é um esteio na Comarca, não uma atividade residual. E, além disso, tornou-se um sector que expandiu o seu círculo de influencia

⁴Lei 45/2007, de 13 de dezembro, para o Desenvolvimento Sustentável do Desenvolvimento Rural, como política de Estado, plenamente adaptada às condições económicas, sociais e ambientais particulares do meio rural espanhol, permitindo complementar a aplicação dos instrumentos das políticas europeias e das políticas setoriais convencionais, para garantir um desenvolvimento sustentável das zonas rurais. As políticas públicas, para servirem territórios e populações frequentemente marginalizadas, deviam passar de um enfoque agrário e setorial para um enfoque fundamentalmente territorial e integrado.

⁵ Documento firmado no dia 15 de março em Valderrobres pelo sector empresarial e pelo departamento de turismo da comarca de Matarraña.

e se tornou um elemento de ligação entre outros sectores sociais e económicos, bem como entre a própria população.

*Programa de Desenvolvimento Estratégico da Comarca de Matarraña/Matarranya*⁶

Partindo da ideia principal, presente em todos os processos que procuram oportunidades para as pessoas permanecerem no território, marcados por valores e princípios ligados ao mesmo, configura-se o eixo a partir do qual girará todo o modelo de desenvolvimento. O seu objetivo principal é chegar a um modelo de desenvolvimento territorial sustentável assente na paisagem. Para aprofundar essa ideia foi necessário criar o Plano de Desenvolvimento Estratégico contemplando tanto os atores essenciais como as estratégias de ação para alcançar aquele objetivo.

A partir da Comarca de Matarraña são considerados como atores principais no desenvolvimento do projeto, os seguintes:

- Sector público, que inclui as diferentes administrações territoriais: DGA, Comarca de Matarraña e municípios do território;
- População local, através do fórum de participação dos habitantes da região;
- Sector privado, por via dos grupos de pressão das diversas áreas económicas do território;
- Turistas, considerados como colaboradores do projeto;
- Sector do voluntariado, pela rede do associativismo específico (associações culturais, patrimoniais, jovens, mulheres, etc.) em cada uma das populações.

O projeto baseia-se nas seguintes estratégias:

- Equilíbrio estrutural, onde se estruture um jogo de forças entre sectores da população, território e entidades locais da Comarca de Matarraña / Matarranya;
- Desenvolvimento comprometido com base no crescimento económico e social promovido pela Comarca de Matarraña/Matarranya no desenvolvimento da suas competências, envolvendo os atores definidos anteriormente;
- Sustentabilidade, entendida como a combinação de critérios ambientais aplicados ao território e desenvolvimento económico;
- Plano Estratégico de Desenvolvimento, para pôr em prática uma série de ações orientadas no interesse da sensibilidade interna do território, que uma vez trabalhadas a partir de dentro haverá que as externalizar. Atualmente trabalha-se para a sua consolidação.

A identidade se configura como o elemento central que faz a diferença com os restantes territórios. Só há um Matarraña. A competitividade no destino se diferencia pela identidade. Para isso é necessário contar com as pessoas do território. Na realidade, quase todos os lugares têm arquitetura, história, rio, mas o que os diferencia são as pessoas. Portanto, o património

⁶ Informação proporcionada por Eli Díez, técnico de turismo da Comarca de Matarraña.

arquitectónico e natural tem que ser acompanhado pelas pessoas que constituem e se constituem como o elemento essencial da ação turística. O turista torna-se relevante na medida em que é recebido por uma sociedade de acolhimento que acede a mostrar a sua cultura, tradição e costumes.

De tal maneira que a experiência turística marcada por uma acumulação de sensações, é comprovada e transmitida por pessoas.

Falar de competitividade no destino tem o significado de ser diferente, significa que na hora de decidir o turista, guiado pela oferta, terá a sua fonte inspiração no rio Matarraña. Um modelo que a partir da oferta visa a procura. Sobretudo, e sempre e quando, as diferenças tenham a ver com o *Slow Tourism* ou turismo lento, cujos pilares se sustentam na gastronomia típica e tradicional, destino não convencional, oferta mais íntima (pequenos estabelecimentos), qualidade e riqueza patrimonial. Ou seja, tudo construído a partir da tradição e da consistência, longe do efémero e da visão de curto prazo.

Tal como está explicitado no documento de análise da atividade turística e sua contribuição socioeconómica na definição do modelo de desenvolvimento do turismo sustentável, as premissas, da Comarca de Matarraña centram-se no turismo como um sector económico com uma atividade territorial que:

- Consume território (acesso e atividade);
- Vive do território (atrativo), onde se gera, entre a população, uma elevada preocupação pela possível perda da paisagem como principal fator de produção turística e sua competitividade;
- Na relação entre o turismo e território, as infraestruturas e meios de transporte desempenham um papel fundamental (fator limitador ou estimulador);
- Entende a qualidade como satisfação do cliente e a sustentabilidade, no sentido mais amplo, como os fatores críticos e distintivos do turismo na Comarca de Matarraña;
- O território e o património são fatores de produção da indústria turística. O turismo usa território e património ao serviço da satisfação e bem-estar. Um dos principais fatores para atrair turistas para a Comarca é a paisagem, entendida como o resultado da reprodução do modo de vida na região ao longo do tempo e da utilização de recursos, uma paisagem natural, agrícola e rural;
- Os usos do território e do património do Matarraña não podem ser separados dos negócios turísticos, os quais não podem desligar-se da conservação e do território e do património.

Além disso, o modelo de turismo sustentável permitirá acolher projetos empresariais que ajudem a desenvolver a região para acrescentar valor às pessoas e que se incorporem no projeto global da Comarca.

Todos os modos de pensar e agir relacionados com a ideia da denominada “roda das vontades” elaborada pelo Departamento de Turismo da Comarca de Matarraña Região (Figura 2). Esta “roda” inclui no nível mais exterior os atores envolvidos na totalidade do processo descrito: população local, sector privado, sector público, sector do voluntariado, turistas e especialistas. No nível seguinte, identificam-se os valores presentes: coerência, identidade, solidariedade, liberdade,

esperança, autoestima, respeito, projeção, qualidade e sensibilidade. Além disso, também está presente o desenvolvimento estratégico que contém: equilíbrio territorial, desenvolvimento comprometido, desenvolvimento social e respeito pelos valores naturais e culturais. A ideia estratégica baseia-se no que podemos designar como “desenvolvimento equilibrado e comprometido com os valores naturais e culturais do território para criar um futuro de oportunidades para as pessoas”.

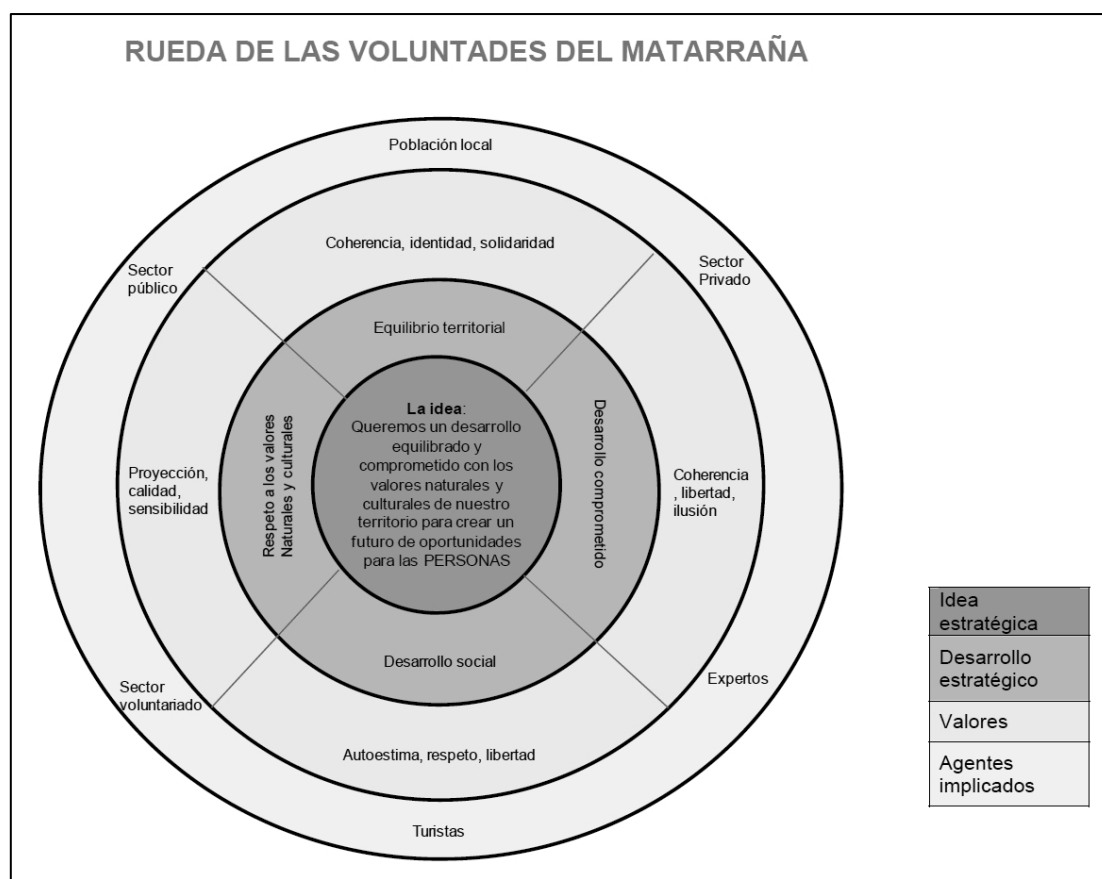


Figura 2 - Roda das vontades do Matarraña
Fonte: Comarca de Matarraña, 2009.

Trata-se de uma ideia orientada para criar um futuro de oportunidades para as populações, no qual as pessoas constituem o elemento central, que se materializa a partir de programas que podem alcançar o objetivo que se quer alcançar, enquadrado no processo de desenvolvimento europeu e na aposta por um modelo de governança participativa. Um aposta global (a nível da Comarca), onde existem iniciativas que se servem da prática da participação coletiva.

A própria dinâmica do Matarraña favorece que se trabalhe sobre um modelo de iniciativas comuns. O fato da Comarca existir favorece esta dinâmica, na medida em que se assume como entidade organizadora, ligando as iniciativas do movimento associativo consolidado. Assim, a partir da vontade de fazer insiste-se muito na política de colaborações e alianças, o que favorece o trabalho em rede a partir da premissa de que o esforço individual é benéfico para o coletivo. Esse

factor possibilitou lançar uma experiência piloto, a primeira em Espanha, do Acordo do Rio, promovida pela Confederação Hidrográfica do Ebro em 2009, que deverá prosseguir devido à grande importância que possui na dinâmica explicitada, constituindo-se um factor essencial para a compreensão do desenvolvimento sustentável em torno do turismo nesta Comarca aragonesa.

*O Acordo do Rio*⁷

O Acordo do Rio é uma ferramenta de gestão e participação, que surgiu em França por volta de 1990, que pode ser usada para restaurar, melhorar ou preservar um rio através de uma série de ações concertadas, por parte de todos os utilizadores e respetivas administrações públicas. Tem sido uma ferramenta eficaz na gestão e melhoria dos rios e/ou bacias, que permanece após a implementação da Diretiva Quadro da Água. Baseia-se num amplo processo de participação, que envolve todos os utilizadores da bacia e as entidades públicas envolvidas na gestão da água. Os interlocutores públicos e privados comprometem-se num projeto de gestão comum de um rio, que consiste em sonhar juntos o futuro da bacia. Trata-se de um acordo voluntário, subscrito por um conjunto de interlocutores públicos e privados, redigido numa base contratual e que compromete um projeto de gestão comum de uma bacia, rio ou trecho de rio. É, portanto, um processo de concertação para realização de um programa de valorização, conservação e/ou restauração de um rio e seus afluentes.

Em 2009, a CHE (Confederação Hidrográfica do Ebro)⁸ propôs aos diferentes agentes e organizações da bacia do rio Matarraña investigar a experiência do Acordo do Rio em França e na Bélgica, como uma opção a ser considerada na gestão da água da referida bacia.

Em consequência disso, em 2010, iniciou-se o processo de Acordo do Rio para a bacia do rio Matarraña. Esse acordo, o primeiro a ser implementado em Espanha, abarca três comunidades autónomas e 27 municípios enquadrados na Demarcação Hidrográfica do Ebro. Depois de constatar a vontade do território para iniciar este processo, formou-se um grupo promotor composto pela CHE (Confederação Hidrográfica do Ebro), a Plataforma de Defesa do Matarraña, a Junta Central Dos Canais de Irrigação do Matarraña e afluentes e a ECODES (Fundação Ecologia e Desenvolvimento). Assim se iniciou um modelo de ordenamento do território para toda a Bacia do Matarraña, que não sendo seu objectivo suprir a dinâmica de ação da Comarca, localizada na zona alta, pode servir para complementar as suas ações. É um modelo de ordenamento do território que aproveitará as experiências de outros territórios na implementação desta ferramenta de gestão,

⁷ A informação deste ponto foi, na sua maior parte extraída, do website: contratoderiomatarranya.org.

⁸ Organismo de gestão de águas a nível da bacia, neste caso da bacia do rio Ebro, dependente do Ministério da Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente de Espanha.

adaptando-a ao mesmo e ao contexto socioeconómico, político e administrativo. Assim, o Contrato do Rio representa um fortalecimento do Plano da Bacia do Matarraña, respeitando as suas disposições e estabelecendo um plano de ação a curto e médio prazo para assegurar a sustentabilidade ambiental do rio.

A sua implementação desenvolve-se em três fases: preparação, desenvolvimento, execução e monitorização⁹. Usando esta metodologia, pretende-se realizar uma série de ações concretas, para preservar o rio e a qualidade das suas águas, de modo a que nenhuma ação ou atividade sobre o território atinja negativamente este objectivo. A metodologia proposta direciona-se para um modelo de desenvolvimento socioeconómico baseado na conservação do meio ambiente, sob critérios de sustentabilidade. Quer dizer, projetar o que se quer fazer com o rio, numa estratégia e dinâmica conjunto do "todo", no qual são definidos modelos agrícolas, urbanistas, etc. Um modelo completo de ação interrelacionado e integrado no território, iniciado através de um processo de participação pública pró-ativa, cujo objetivo principal é alcançar uma boa qualidade das águas e garantir que o abastecimento é efetivamente para todos.

Deste modo, tomando o rio como espinha dorsal, garante-se um modelo de desenvolvimento sustentável baseado na participação e no consenso. Um modelo que enfatiza a importância da inclusão do conhecimento local e a necessidade de aumentar a capacidade dos interesses locais para entender os aspectos técnicos, na medida em que tal pode contribuir para uma maior eficácia das práticas a realizar.

6. CONCLUSÕES

A dinâmica de ação apresentada reflete um modelo de gestão da economia do turismo, que podemos considerar como uma boa referência na aposta por um modelo de desenvolvimento sustentável em torno do rio Matarraña. Em concreto, do valor deste rio como elemento essencial, configurador da paisagem e factor básico da identidade social e emocional das populações locais e de um território que pode converter-se numa referência espanhola e europeia. Portanto, estes elementos apresentam-se como essenciais para a criação e configuração de uma economia do turismo sustentável.

Trata-se, sem dúvida, de um modelo de desenvolvimento onde as pessoas são o elemento central. Nele, as pessoas assumem-se como fonte de valores, essenciais para o sucesso de um modelo de gestão aprimorado por boas práticas, fruto do seu forte sentimento de enraizamento e orgulho de pertencer a um território, que juntamente com a sua inteligência e sabedoria tornou possível um saber fazer virado para o futuro.

⁹ Para uma informação mais exaustiva veja-se o website: contratoderiomatarranya.org.

Mas que elementos podem destacar-se deste saber fazer para o futuro, como essenciais na configuração de um modelo de desenvolvimento sustentável e de sucesso? Por um lado, destaca-se a autoestima da população do território, que permitiu a defesa do mesmo na salvaguarda do rio como espinha dorsal, configurador de uma paisagem única e da identidade coletiva. Neste sentido, o conflito ocorrido na década de 90 do passado século em defesa do território, juntamente com a emergência de novos valores de carácter ecossistémico, e o seu reconhecimento por boa parte da sociedade, bem como o reconhecimento dos direitos das minorias a partir de uma nova concepção de interesse geral, veio reforçar a sua autoestima e identidade coletiva.

Este sentimento de identidade e orgulho de pertença fez do fator humano o motor do sucesso, transmissor de sensações e elemento diferenciador dessa ideia de competitividade no destino, marcada pela identidade: "Matarraña só há um". Um modelo focado na oferta, cujo principal objetivo é que a identidade floresça. O Matarraña como fonte de inspiração, movido pelas diferenças, sensações e princípios, na sua maior parte transmitidos pelas pessoas.

Por outro lado, a autoestima e as iniciativas da população têm sido apoiadas e reforçadas pelas políticas públicas e gestão administrativa. A vontade política de apoiar e respeitar as dinâmicas próprias do território e da sua população a partir de um modelo de gestão de governança participativa, longe dos modelos tradicionais de gestão centralizados e hierarquizados, tem sido crucial para favorecer o emponderamento das suas gentes. Trata-se de um elemento este fundamental para o desenvolvimento de ações relacionadas com o objectivo de desenvolver novas estratégias compatíveis com a economia do Turismo Sustentável.

Um modelo de desenvolvimento que tem como essência a cooperação, solidariedade e confiança entre os diferentes agentes e que o processo de comercialização valorizou, nessa ideia da Comarca como entidade de ligação entre coletivos sociais e económicos e os projetos departamentos que gerem. "As competências adquiridas a nível comarcal em matéria turística têm propiciado o estabelecimento de estratégias a partir do profundo conhecimento da realidade local, suas estruturas, economia, forças e fraquezas em todo o processo.

Desde então, na opinião das suas gentes, a gestão turística que tem-se repercutido forma muito positiva no território matarrañense. Atualmente o Turismo, como atividade económica, é uma atividade essencial nesta Comarca, não uma atividade residual (...). A Comarca como ponte de ligação tem favorecido a criação de novas oportunidades (...) o surgimento de projetos globais (...) e isso só é possível quando se trabalha de forma coordenada no desenvolvimento de competências própria "(Manifesto em defesa da Comarca, 2012).

Sendo o turismo uma atividade económica essencial, não se deve esquecer o facto desta dinâmica de ação ter proporcionado a conexão entre os diferentes sectores económicos (agricultura, pecuária e comércio). Além disso, também proporcionou a abertura de novos caminhos na rede

económica e acrescentou valor ao território. Neste sentido, a própria população afirma que a Comarca tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento do turismo em particular, e no desenvolvimento económico e social em geral, reconhecendo que a sua atividade tem sido fundamental para fortalecer a identidade do território.

Melhorar a qualidade e a adaptação às novas necessidades tem sido um constante do trabalho realizado no terreno. A Competitividade no Destino, tendo a identidade como um elemento diferenciador. Matarraña só há um e, enquanto ideia central de marca de qualidade, está em constante ligação com os seus próprios recursos tangíveis e intangíveis e com a sua administração, dependendo de um enfoque pró-ativo para garantir a realização dos objectivos desejados.

Para finalizar, diremos que se deve pugnar pela continuidade de uma abordagem inovadora que, tendo como espinha dorsal o seu rio, e aplicando o modelo de Contrato de Rio, defende os valores da natureza e exige escolhas com maior alcance numa pluralidade de valores (económicos, ecológicos, sociais, culturais, estéticos, etc.). Em suma, trata-se de um modelo de sustentabilidade participativa e consultiva, no qual a ideia de património natural introduz a ética da responsabilidade, o princípio da precaução e tecnologias apropriadas e localmente adaptadas.

REFERÊNCIAS

ARROJO, P.; CASAJÚS, L; COPITZY, A. **La Rebelión de la Montaña**: los conflictos del agua en Aragón, Bilbao: Bakeaz, 2010. 120 p.

ARROJO, P. Hacia una Nueva Cultura del Agua coherente con el Desarrollo Sostenible. In: ARAUJO, J. (Coord.), **Ecología, perspectivas y políticas de futuro**. Sevilla. Fundación Alternativas, 2001. Cap. V, p. 117-161.

AGUDO P.; SANTOS, J.; GIL, F.; VAL, C. El Bombeo del Matarraña en Beceite: de la ineficiencia al autoritarismo hidrológico. **Nueva Cultura del Agua**. Serie informes 3, Bilbao: Bakeaz, 3, p. 1-16, 1997.

ARTARAZ, M. **Teoría de las tres dimensiones de desarrollo sostenible**. Ecosistemas 2002/2. Disponível em: <http://www.aet.org/ecosistemas/022/informe1.htm>. Reacesso em 6 de junho de 2017.

BENAVENTE, J.A.; THOMSON, T. (Coords). **Comarca del Matarraña**, Zaragoza: Diputación General de Aragón, 2003. 125 p.

BEBBINGTON, J.; GRAT, R. An Account of Sustainability: Failure, Success and a Reconceptualization. **Critical Perspectives on Accounting**, Amsterdam, v. 12, n. 5, p. 557-588, 2001.

BLANCO, I. y GOMÁ, R. **Gobiernos Locales y Redes Participativas**. Barcelona: Ariel, 2002. 280 p.

BOJÖ, J.; MÄLER, K-G.; UNEMO, L. **Environment and Development: An Economic Approach (Economy & Environment)**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1990. 214 p.

CASAJÚS, L. Conflictos de Agua en Aragón. Yesa y Matarraña, dos casos emblemáticos en la resolución de conflictos en recursos comunitarios, cambio climático y ecoeficiencia. **Ambiente y Desarrollo**, Bogotá, v. XVI, n. 31, p. 9-23, 2012.

CASAJÚS, L. (2009). **Nuevos Paradigmas en la Gestión del Agua en España; Crisis de Gobernabilidad del Agua en Aragón. Los Conflictos de Yesa y Matarraña**. 2009. 440 f. Tese. (Doutorado) - Instituto de Gobierno y Políticas Públicas. Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, 2009.

CAVALCANTI, C. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 1, p. 1-10, 2004.

CONCA, R. **Participación y medioambiente. La democracia Participativa en el contexto de la Agenda Local 21**. Alcoi: Gerencia de Mediomambiente de la Ciudad de Alcoi. 2001. 94 p.

LA CALLE MARCOS, A. Impacto de la Directiva Marco Comunitaria y Territorio. In: EMBID, A. **Agua y Territorio**. Pamplona: Aranzadi, 2007, p. 265-298.

MCGEE, T. Construindo uma governança urbana colaborativa para as regiões metropolitanas no Brasil e no Canadá. In: CASTRO, E.; WOJCIECHOWSKI, M. **Inclusão, colaboração e governança urbana. Perspetivas brasileiras**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010, p.19-45.

NICOLAU, J.M. El Agua y los Rios. In: **Heraldo de Aragón** (artigo de opinião), 14 de febrero, Huesca, 2012.

REDCLIFT, M. Desarrollo sostenible: ampliación del alcance del debate. **Agroecología y Desarrollo**, Santiago, v.10, p. 48-61, 1996.

ROSENAU, James N. Governanca, Ordem e Transformacao na Politica Mundial. In: Rosenau, James N. e Czempiel, Ernst-Otto. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, cap 1, p. 11-46.

SANAGUSTIN-FONS, M.V., MOSEÑE-FIERRO, J.A.; GÓMEZ PATIÑO, M. Rural tourism: a sustainable alternative. **Applied Energy**, v. 88, n. 2, p. 551-557, 2011.

SUBIRATS, J. Si la respuesta es gobernanza, ¿cuál es la pregunta? Factores de cambio en la política y en las políticas. **Ekonomiaz**, n. 74, p. 17-35, 2010.

VRANKEN, J.; DE DECKER P.; VAN NIEUWNHUYZ, I. **Social inclusion, urban Asia governance and urbanization project**. Antwerp-Apeldoorn: Garant, 2003. 25 p.

WORLD BANK. **World Development Report 1992: development and the environment** New York: Oxford University Press, 1993. 308 p.

Documentos consultados

Consejo Europeo de Gotemburgo. Conclusiones de la Presidencia – Gotemburgo 15 y 16 de Junio de 2001.

Comarca del Matarraña/Matarranya: Análisis de la actividad turística y su contribución socioeconómica.

Declaración de Río, 1992. Definición de su modelo de desarrollo turístico sostenible.

Dictamen sobre el Río Matarraña, 4 de abril de 2006. Ponencia sobre obras hidráulicas del Pacto del Agua en Aragón. Comisión del Agua en Aragón.

El Agua nuestra riqueza: las Políticas de la Unión europea en el ámbito del Agua y el Desarrollo Sostenible. EXPO-Zaragoza, 2008. Oficina de publicaciones de la Unión Europea.

Manifiesto por la reivindicación del mantenimiento de competencias en materia turística, 15 de marzo de 2012. Comarca del Matarraña. Valderrobres.

Legislação consultada

Ley 7/2002, de 15 de abril, de creación de la Comarca del Matarraña. BOA nº 46 de 19 de abril de 2002.

Ley 45/2007, de 13 de diciembre, para el Desarrollo Sostenible para el Desarrollo Rural. BOE nº 299 de 14 de diciembre de 2007.

Websites

<http://www.contratoderiomatarranya.org>

<http://www.ecodes.org/agua-y-ecodes/la-gestion-sostenible-a-traves-de-la-participacion-y-el-consenso>

<http://www.matarranyaturismo.es>

Trabalho enviado em 04/02/2016
Trabalho aceito em 30/5/2017